



Entrevista realizada por: Dr^a Maria do Socorro Rios Magalhães, Dr^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiróz e Msc. Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha a:

Profª Msc. Luciana Soares da Cruz¹

RHR: Considerando os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes, enquanto sujeitos da história, podem se contentar com as políticas públicas implementadas, até aqui, no Brasil? Qual é o seu posicionamento sobre esse tema?

¹ Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2004), especialização em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2005). É professora de História do Instituto Federal do Piauí - IFPI, no Campus Valença do Piauí. Experiência profissional nos ensinamentos: fundamental, médio e superior. Áreas de Pesquisa: Ensino, Educação das Relações Étnico-raciais e História da África e Afro-brasileira. Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí com a dissertação: Eu disse! Aqui é bonito demais!: ser criança e ser quilombola na Comunidade Quilombola Olho D'Água dos Negros.

Luciana: Primeiro, acho importante, considerando as experiências vivenciadas no governo anterior, afirmar a relevância do Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto mecanismo legal de defesa das crianças e dos jovens brasileiros, ainda que, em alguns casos, seja necessário acioná-lo até mesmo contra as instituições e os órgãos públicos que deveriam assegurar os direitos expressos por esse instrumento normativo. Refletindo a respeito dos últimos quatro anos, é impossível não identificar o retrocesso das ações governamentais em favor dos direitos das crianças e dos jovens em áreas como educação, saúde, esporte, cultura e lazer. Além da retirada de investimentos nessas áreas, vimos também políticas públicas sendo conduzidas por um posicionamento ideológico que não contempla as diversidades de crianças, infâncias e juventudes do nosso país. O que vimos foi o aumento dos índices de mortalidade de crianças e de jovens negros em ações policiais ocorridas em várias regiões do Brasil, o que evidencia a omissão das autoridades públicas em garantir os direitos desses sujeitos. Para além desse período de reconhecida perda de direitos, temos o fato do ECA, no âmbito legal, ainda manter cristalizada uma visão genérica de crianças e de juventudes, o que, na prática, dificulta o combate ao racismo, à LGBTfobia, ao capacitismo e várias outras violências que afetam crianças e jovens em situação de vulnerabilidade no Brasil. Desse modo, é necessário que as políticas públicas voltadas para esses sujeitos sociais sejam pensadas a partir das realidades desses públicos-alvo. Em qual criança/jovem eu penso quando planejo uma quadra de esportes para determinado bairro? Por que crianças/jovens negras têm dificuldade de acesso a determinados espaços de cultura e lazer? Por que a inclusão de crianças com deficiência ainda é um entrave nas escolas brasileiras? É urgente que se tenha, no meio jurídico e governamental, uma percepção e um respeito a essas diversidades, a fim de proporcionarem a todas as crianças e aos jovens o acesso a esses direitos.

RHR: Em que medida a antropologia contribui, atualmente, para a formação de novas subjetividades de crianças e adolescentes no âmbito da família e da escola?

Luciana: É sabido que a modernidade despertou um interesse pelas crianças e infâncias e muitos(as) pesquisadores(as) passaram a estudar a temática, o que, na Antropologia, culminou no surgimento de um campo específico, a Antropologia da criança. Lembro de ter lido um artigo da pesquisadora Flávia Pires intitulado “O que as crianças podem fazer pela Antropologia?”, cujas reflexões são necessárias para responderem a essa questão. Assim como Pires e vários outros(as) autores (Toren, Nunes etc.), acredito que os estudos com crianças possibilitaram uma revisão conceitual na Antropologia. Quando pensamos as crianças enquanto agentes sociais, entendemos que a cultura e a sociedade são conceitos dinâmicos produzidos a partir da agência de todos os sujeitos sociais, sejam eles adultos e/ou crianças. Dito isso, considero que num primeiro momento, temos os estudos com crianças produzindo esse efeito revisional na Antropologia e, só depois, a Antropologia contribuindo para o reconhecimento das subjetividades infantis, o que produziu reflexos que podemos identificar, ainda que timidamente, nas novas abordagens pedagógicas utilizadas nas escolas brasileiras, na forma da sociedade conduzir as temáticas das infâncias e em algumas políticas públicas, e que tudo isso, claramente, também se reflete nas famílias.

RHR: Do ponto de vista antropológico, qual seria o papel dessa ciência para os estudos sobre a infância e a juventude do século XXI, em face dos espaços e das temporalidades em que esses sujeitos estão inseridos?

Luciana: Como já dito, o interesse de pesquisadores pelas crianças e pelas infâncias não é nenhuma novidade e nenhuma exclusividade da Antropologia. No entanto, considero dois aspectos nos quais a Antropologia contribuiu muito para as transformações de abordagens pelas quais tais estudos têm passado. Primeiro, a opção por uma pesquisa COM crianças, nas quais, as participações delas acontecem, de fato, reconhecendo sua agência e isso é levado para o texto, o que as torna coautoras nas pesquisas. Em segundo lugar, vêm os estudos realizados com crianças indígenas a partir da categoria corpo. É sabido que tais estudos revelaram uma nova forma de pesquisar com crianças através da categoria corpo. O entendimento acerca das diferentes formas de produção do corpo infantil, revelados pelos estudos com crianças indígenas, nos mostraram que compreender as crianças e as infâncias apenas pela relação de socialização adulto-criança é invisibilizar suas subjetividades, sua percepção constituída, também, através de um corpo que brinca, que “ajuda”, que dança, joga capoeira, se pinta, ou seja, que está em constante interação com o meio e os demais sujeitos sociais.

RHR: Com base na sua formação acadêmica e na sua experiência docente, como você vê as ressonâncias de uma educação voltada às relações étnico-raciais, bem como os resultados de um ensino que contemple a história da África e da cultura afro-brasileira?

Luciana: A Lei 10.639 completa 20 anos em 2023 e, coincidentemente, completo 20 anos de magistério. Acho que posso afirmar que pude acompanhar, em sala de aula, todo esse tempo de tentativa de efetivação da lei, inclusive em sua reformulação ocorrida com a lei 11.645 de 2008. Nesse tempo, tivemos reconhecidos avanços. A oferta de materiais didáticos e de literatura acadêmica sobre a temática é ampla e contribui muito para o trabalho docente. Também, pude observar e participar de muitos eventos acadêmicos nos quais foram debatidas experiências e propostas de muitos(as) docentes que trabalham a educação das relações étnico-raciais. A questão é: ainda não chegamos lá! Entre as razões das dificuldades em efetivar a implantação da lei, entendo que duas são cruciais e carecem de um empenho ainda maior dos órgãos responsáveis pela educação brasileira: o currículo e a formação docente. Quanto ao currículo, posso afirmar que estamos em um momento de revisão que, em parte, é decorrente dos estudos que culminaram na criação do Novo Ensino Médio. A tentativa de descolonizar o currículo e partir para uma abordagem educacional que considere os diferentes agentes participantes da História do Brasil tem colhido alguns frutos, mas como já dito, é necessário um empenho ainda maior para que isso se efetive. E é aí que chegamos ao segundo ponto, a formação docente. Embora haja um esforço para que a educação das relações étnico-raciais esteja presente na educação básica, ainda que na forma de projetos, na Educação Superior ela está ausente até mesmo nos cursos de licenciatura. O resultado dessa ausência é o despreparo e o desinteresse dos docentes para trabalhar a temática nas escolas de forma interdisciplinar e, assim, efetivar a implantação da lei.

RHR: Qual seria o perfil do adolescente do nosso tempo, diante das insurgências mobilizadoras que eles protagonizam no âmbito das produções culturais, seja como produtor, seja como consumidor?

Luciana: Pensando nesse perfil de adolescente no contexto brasileiro, não posso deixar de refletir a respeito dos impactos provocados pela internet, especialmente, as redes sociais e as plataformas de *streaming*, na maneira de consumir e de produzir cultura por esses sujeitos sociais. O acesso às redes ocorre cada vez mais cedo e, é claro, o mercado sabe disso, e cria

maneiras de satisfazer aos anseios desse perfil consumidor. Enxergo, também, a ampliação de uma sociabilidade virtual que ocorre entre as crianças e os jovens que consomem um mesmo produto cultural. A meu ver, o mercado cultural digital consegue reconhecer e trabalhar as subjetividade e agência dos adolescentes com muito mais rapidez que os pais e os professores, mas, claro, isso dentro de um interesse mercadológico. Em termos de produção cultural, os meios digitais têm ampliado as possibilidades de criações desses sujeitos. O protagonismo juvenil é, sem dúvidas, uma realidade, quando pensamos na produção cultural e meio digital. As oportunidades de criação, a rede de sociabilidade e o alcance dessas produções são alguns dos atrativos que levam as crianças e os jovens a buscarem o meio digital/virtual de comunicação.

RHR: No cenário das vivências urbanas no estado do Piauí, como a população de crianças e adolescentes à margem (pobres e negras) podem desconstruir a sua invisibilidade constituída, em certa medida, há décadas pelos outros sujeitos privilegiados e pelo poder público?

Luciana: Desconstruir a invisibilidade de crianças e de jovens negros do Piauí é uma tarefa que deve envolver toda a sociedade e por isso mesmo é tão complexa. Eu falava a respeito da importância de se refletir sobre a História do Brasil, a partir de uma visão decolonial na qual, não apenas a população negra, mas todas as demais denominadas “minorias” têm sua participação reconhecida dentro do processo de construção deste país. Acredito de fato que este é o nosso ponto de partida, crianças e jovens negros que aprendem, reconhecem e se conectam com a sua história, ancestralidade, legado tornam-se mais preparados para luta antirracista. É importante que esse conhecimento, pertencimento se constitua desde cedo, já que o racismo provoca dores e traumas mesmo em crianças bem pequenas. Nós, já enxergamos na sociedade piauiense coletivos juvenis que, mesmo com pouco apoio dos órgãos públicos, afirmam sua identidade étnica e se posicionam politicamente contra o racismo. Mas, como já dito, é preciso o envolvimento de todos os sujeitos sociais. É preciso que a ação desses coletivos não fique restrita as suas comunidades ou sob a constante ameaça do autoritarismo dos órgãos de segurança, que identificam a produção cultural e artística negra como ato de desobediência.

RHR: A partir dos seus estudos sobre a população da comunidade quilombola Olho D'Água dos Negros, como se caracteriza o ser criança e o ser adolescente numa comunidade negra rural do Piauí, considerando as implicações do racismo, na atualidade?

Luciana: As comunidades quilombolas no Brasil hoje, por si só, são um exemplo de luta antirracista que ganhou força ao longo do tempo e que, apesar dos últimos quatro anos, tendem a se fortalecer ainda mais. Isso se explica, a meu ver, por elas serem resultado de um processo iniciado dentro do movimento negro, considerando uma vivência histórica anterior que permitiu acionar identidades e revisitar memórias em prol da aquisição de direitos. Essas identidades e memórias, hoje, são fortemente interligadas à territorialidade, ou seja, a relação particular e significativa que as populações negras rurais mantêm com a terra. Dito isso, posso

Entrevistadores: Maria do Socorro Rios Magalhães, Teresinha de Jesus Mesquita Queiróz
Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha

dizer que, no Quilombo Olho D'água dos Negros, as crianças e os jovens vivenciam o ser negro e o ser quilombola, ao partilhar símbolos e memórias com os demais sujeitos da comunidade, mas também através da participação na produção, manutenção e transformação de sua territorialidade e identidade étnica. As crianças estão em todos os lugares. Na coleta do buriti, na extração da polpa do fruto realizada na Casa do Doce, nas assembleias, na pesca no açude, nas rodas de capoeira e dança afro, nas manifestações religiosas. Tornar-se quilombola em Olho D'água dos Negros é algo que se aprende fazendo. Lá, ser criança e ser jovem significa tanto correr o chão do Quilombo atrás de uma pipa em uma manhã ensolarada de domingo, quanto jogar capoeira no terreno em frente à igreja. Ser quilombola é dançar “as danças daqui”, mas também é passar uma tarde pescando e contemplando a beleza do açude Cipó. E se a territorialidade é constituída pela historicidade, pelo pertencimento, pela relação com a terra e pela afetividade, posso afirmar que, no Quilombo, as crianças e jovens são, também, responsáveis pela criação de seu território.

RHR: Como podemos agir, enquanto educadores e cidadãos, de forma a promover o antirracismo entre crianças e adolescentes, considerando as atuais demandas da sociedade?

Luciana: Estamos em um momento de reconstrução dos valores democráticos no Brasil. Há muito o que se fazer, refazer e desfazer para seguirmos contribuindo para uma sociedade mais justa e condizente com os direitos universais da humanidade. A construção de uma educação antirracista ainda esbarra em muitos obstáculos, alguns deles já falados aqui. Enquanto docente, acredito que pensar um currículo que valorize a igualdade nas relações étnico-raciais é fundamental nesse processo. Nilma Lino Gomes, em seu livro *O movimento negro educador*, nos apresenta a trajetória da luta por uma educação antirracista que se funda no movimento negro brasileiro, reconhecendo a importância deste movimento para o surgimento de uma educação das relações étnico-raciais. Precisamos resgatar esse movimento educador e fazer disso um compromisso da sociedade. Tornar a escola um ambiente livre do racismo, acolhedor e seguro para todas as crianças e jovens é uma missão não apenas de docentes mais de toda comunidade escolar.